

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 11, número 2 (2020)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Uma Resistência que Brota do Chão: O Cotidiano de Mulheres da Colônia em Bujari, Acre

*Una Resistencia que Surge del Suelo: El Cotidiano de
las Mujeres de la Colonia en Bujari, Acre*

*Resistance that Sprouts from the Ground: The Routine
of Women from the Interior in Bujari, Acre*

Rogério Nogueira de Mesquita

Universidade Federal de Rondônia – Brasil
rogerio.geografia11@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Universidade Federal de Rondônia – Brasil
gracinhageo@hotmail.com

Amilton José Freire de Queiroz

Universidade Federal do Acre – Brasil
amiltqueiroz@hotmail.com

Como citar este artigo:

MESQUITA, Rogério Nogueira de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva; QUEIROZ, Amilton José Freire de. Uma Resistência que Brota do Chão: O Cotidiano de Mulheres da Colônia em Bujari, Acre. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 108-129, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Uma Resistência que Brota do Chão: O Cotidiano de Mulheres da Colônia em Bujari, Acre

Una Resistencia que Surge del Suelo: El Cotidiano de las Mujeres de la Colonia en Bujari, Acre

Resistance that Sprouts from the Ground: The Routine of Women from the Interior in Bujari, Acre

Resumo

Desdobramento de pesquisa de mestrado¹, o presente artigo busca aprofundar a reflexão sobre o cotidiano das mulheres da colônia em Bujari, focando compreender, agora, uma resistência que brota do chão afinada com o protagonismo feminino em lutar pela permanência em suas localidades mesmo com dificuldades em acessar políticas públicas específicas. No decorrer do estudo, utilizamos como categorias centrais o espaço e o lugar; adotamos como perspectiva metodológica a Fenomenologia e como técnica a História Oral. Desse modo, foi dado enfoque ao cotidiano das mulheres assentadas, com a realização de atividades de campo e execução de diversas entrevistas. Assim, foi possível identificar que as mulheres sempre estiveram presentes, trabalhando nos assentamentos rurais, desde o seu processo de abertura e que a sua relação com o espaço rural e com a terra ultrapassa qualquer lógica material, pois se encontra pautada na identidade, afetividade, pertença e apego ao lugar. No entanto, os posicionamentos femininos são sempre colocados em segundo plano pelo parceiro e o seu trabalho ainda é inserido na concepção de ajuda. Além de tudo, ainda são penalizadas com a falta de estradas, correção do solo, assistência técnica, créditos rurais que atendam às suas precisões, atendimento básico de saúde e atendimento escolar adequado à sua realidade.

Palavras-Chave: Mulheres da Colônia; Assentamentos Rurais; Gênero; Poder.

Resumen

Como parte de una investigación de maestría, este artículo busca una reflexión profunda sobre la vida cotidiana de las mujeres en la colonia de Bujari, enfocándose en comprender la actual resistencia que surge de sus suelos y que hasta hoy está en sintonía con el protagonismo femenino por la lucha de permanencia en sus localidades, aún con las dificultades de acceso a políticas públicas específicas. Durante el estudio, usamos el espacio y el lugar como categorías centrales; adoptamos la Fenomenología como perspectiva metodológica y la Historia Oral como técnica. De esta manera, se dio un enfoque a la vida cotidiana de las mujeres asentadas, con actividades de campo y varias entrevistas. Así, se pudo identificar que las mujeres siempre han estado presentes, trabajando en los asentamientos rurales, desde su proceso de apertura y que su relación con el espacio rural y la tierra, van más allá de cualquier lógica material pues se basa en la identidad, la afectividad, pertenencia y apego al lugar. Sin embargo, dichos posicionamientos femeninos son siempre puestas en segundo plano por su pareja y su trabajo sigue insertado en la concepción de la ayuda. Además, siguen siendo penalizadas con la falta de caminos, corrección de suelos, asistencia técnica, créditos rurales que satisfagan sus necesidades, atención básica de salud y asistencia escolar adecuada a su realidad.

Palabras-Clave: Mujeres de la Colonia; Asentamientos Rurales; Género; Poder.

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva,
Amilton José Freire de Queiroz



Abstract

This article is part of a study developed in the Master's Program and seeks to deepen the reflection on the daily lives of women in the rural area in Bujari, focusing on understanding, now, a resistance that arises from the ground in tune with the female protagonism in fighting for staying in their localities even with difficulties to access specific public policies. Throughout the study, we used space and place as central categories; we adopted Phenomenology as a methodological perspective and Oral History as a technique. In this way, a focus was placed on the daily lives of women living in rural settlements and they were approached with field activities and several interviews. Thus, it was possible to identify that women have always been present, working in rural settlements, since their opening process and that their relationship with the rural space and with the land goes beyond any material logic, as it is based on identity, affectivity, belonging and attachment to the place. However, female positioning is always placed in the background by their partners and their work is still inserted in the conception of help. In addition, they are still penalized with the lack of roads, soil correction, technical assistance, and rural credit that meet their needs, as well as lack of basic health care and school attendance suited to their reality.

Keywords: Women from the Colony; Rural Settlements; Gender; Power.

Introdução

Na geografia humana e ciências sociais hoje, pesquisar e refletir sobre o cotidiano das mulheres colonheiras é tarefa inegociável, principalmente por permitir mapear novos atores sociais que têm contribuído para a defesa e o fortalecimento de um ponto de vista político-emancipatório, como a geografia do gênero.

A par disto, precisamos, cada vez mais, mobilizar espaços de reflexão onde coexista um conjunto de tensões sensível para redefinir teorias, tendências e perspectivas. Não basta sinalizar em direção às conquistas. É preciso, também e fundamentalmente, ter consciência da luta a ser enfrentada no dia a dia. Mais ainda, compreendermos de que forma são configuradas as práticas sexistas e racistas, para que possamos questioná-las. Diante delas, urge assumirmos uma postura proativa que deponha em favor da luta por direitos inegociáveis, tais como: cidadania, respeito, empatia, solidariedade, cooperação, justiça e equidade.

Por isso mesmo, os espaços de debate precisam ser criados e preservados para compreender o lugar de fala das mulheres colonheiras. Tais pontos de meditação exigem, a rigor, revisar um conjunto de tensões, muitas vezes, silenciados, porém responsáveis por redefinir horizontes de pesquisa.

Assim, neste artigo, analisamos a questão das mulheres da colônia e autossustentação familiar nos projetos de Assentamentos Rurais Espinhara II e Antonio de Holanda no município de Bujari, estado do Acre. Para tanto, mapeamos as histórias de luta e os espaços conquistados por essas mulheres no campo, bem como ressaltamos o acesso que possuem a políticas públicas específicas, além de compreender sua contribuição no cultivo da terra e na criação e abertura dos assentamentos. Com isso, esperamos mapear o papel

1 A dissertação de mestrado está intitulada como “Mulheres da Colônia e Autossustentação: estudo da participação feminina nos Projetos de Assentamento Rurais Espinhara II e Antônio de Holanda no município de Bujari - Acre, desenvolvida no decorrer dos anos de 2017 e 2018.

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Amilton José Freire de Queiroz



vital das mulheres da colônia na construção de espaço de luta e resistência, com vistas a fortalecer a prática investigativa das geografias feministas.

Para alcançar tais objetivos, buscamos na fenomenologia uma perspectiva de leitura que nos auxiliasse na compreensão das experiências das mulheres tais como elas são. Como um dos nossos principais propósitos, neste estudo, é dar voz às mulheres da colônia, articulamos também os princípios e fundamentos da História Oral. Sendo assim, escolhemos esse horizonte de investigação por considerá-lo um dispositivo de pesquisa que tem muito a contribuir para mapear as experiências, histórias e vivências das mulheres da colônia, além de compreender como o protagonismo feminino pode ser debatido e reconfigurado, tendo em conta as lições da História Oral praticada hoje nas pesquisas de Geografia do Gênero.

O artigo parte da seguinte pergunta: afinal, o que significa ser colonheira (o) ou da colônia? Ressaltamos que essa é uma interpelação feita durante as atividades de campo realizadas à época do mestrado em Geografia Humana. Já neste período, constatamos que, no caso amazônico-acreano, o vocábulo colonheira (o) assume um cunho regional, oriundo de um processo histórico-geográfico específico: o da exploração da borracha em território acreano no final do século XIX e início do século XX.

Nesse contexto, esclaremos que as mulheres colonheiras são parte fundamental da diversidade interna que compõe o campesinato. No caso amazônico-acreano, elas sempre deixaram marcada sua presença e ação nos sistemas produtivos florestais, integrando, inclusive, o processo de extração do látex e compondo significativas organizações produtivas. Sem dúvida, as mulheres conheiras estiveram, sim, desenhando seu percurso de vida em cada palmo de terra dos seringais e colônias acreanas, praticando uma história de luta e resistência na região do Bujari, mesmo diante do nefasto projeto de invisibilização concretizado na elaboração de uma historiografia oficial a impor a dominância do mundo patriarcal.

A opção por entrevistas semiestruturadas deve-se ao aspecto de que esta técnica valoriza a participação do/a pesquisador/a, bem como favorece a espontaneidade nos relatos das experiências das mulheres colonheiras, nossas entrevistadas. A análise das entrevistas foi feita com base nas categorias espaço, lugar e identidade colonheira.

Dessa forma, ficará patente, no curso deste artigo, que a subcategoria mulher colonheira expressa uma transformação. Mesmo sofrendo as pressões sociais por parte do Estado, o campesinato ainda desempenha forte impacto nas atividades das mulheres. Por isso, compreender a história de luta e resistência dessas trabalhadoras dos dois assentamentos é, portanto, reconhecer as estruturas de poder sobre as quais o campesinato persiste, resiste e se ramifica no tempo e no espaço.

Para desenvolver este argumento, o presente texto está organizado em quatro momentos. O primeiro aborda os meandros e artifícios do poder presentes no espaço rural. O segundo enfoca a importância do espaço e lugar das mulheres colonheiras. O terceiro centra-se em contextualizar os dois assentamentos e analisar as entrevistas feitas com as mulheres. E, finalmente, tecemos algumas considerações sobre o cotidiano das mulheres colonheiras do Bujari.

**Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva,
Amilton José Freire de Queiroz**



Meandros e Artifícios do Poder

Como visto no tópico acima, as mulheres colonheiras lutam por reconhecimento na história do campesinato. Elas, nos assentamentos rurais, têm vivenciado complexas relações de poder, principalmente quanto ao protagonismo desenhado, mas invisibilizado pelo discurso masculino. Tal prática vai desde o planejamento e a execução da rotina até a proposição e concretização das políticas públicas para as mulheres colonheiras.

Assim, julgamos necessário esclarecer que “o gênero constitui uma construção social, ao abordar relações de poder entre homens e mulheres. Essas relações variam em diferentes sociedades e culturas, e mesmo dentro de uma mesma sociedade. Portanto, não são fixas” (SARTORI, 2004, p. 57). Para prosseguir nesta discussão, precisamos compreender o que é o poder e como ele se institucionaliza. Desse modo, identificamos que o termo tem origem no latim “vulgar potere”, substituído ao latim clássico posse, que vem a ser a contração de potis esse, “ser capaz”; “autoridade” (FERREIRINHA e RAITZ, 2010, p. 3). Nesse contexto, a palavra aparece associada à dominação, sobreposição, controle, regulação e demais substantivos. Nos dicionários, o de filosofia e política, por exemplo, o poder tem o sinônimo de autoridade e obediência, ao enfatizar a relação de sujeitos/as sociais.

A propósito, para Raffestin (1993, p. 52), o poder encontra-se “presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do ser humano.” O poder perigoso é, muitas vezes, invisível e acredita-se que já é derrotado. No entanto, ainda se encontra enraizado na sociedade, inclusive, nos lares das mulheres da colônia. Essas relações podem ser identificadas em diferentes momentos: a) o trabalho feminino ser considerado uma ajuda, b) a opinião do homem ser predominante em relação ao que fazer com o dinheiro das vendas da produção, c) as atividades domésticas: lavar, cozinhar, passar, cuidar das plantas, das crianças, dos animais - serem, sempre, consideradas tarefas femininas; d) As visitas técnicas (nas raras vezes que ocorrem) serem, em sua maioria, direcionadas à figura masculina, e) os créditos rurais, bem como os PRONAFS², possuírem valores discrepantes naqueles que são destinados às mulheres; f) na construção das moradias e cômodos domésticos, a palavra final, na grande maioria das vezes, é a dos homens; g) a presidência das associações nos assentamentos ser mais de oitenta por cento ocupada por homens.

Tal enumeração revela como as mulheres da colônia têm sido invisibilizadas, ou melhor, colocadas numa posição de subalternidade que as faz pensar ser natural algo que não é natural, mas que expressa os complexos meandros do poder. A respeito da atuação do poder, Foucault (1996, p. 19 - 122) acrescenta que:

o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares, portanto, seria inútil procurar o poder "na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde

2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

se irradiariam formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis. O poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber.

A partir do pensador francês, reconhecemos que o poder é o pivô existencial das desigualdades em diferentes âmbitos. Assim sendo, as questões de gênero não estariam isentas desse processo. Schaeffer amplia essa noção ao afirmar que “o poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam” (SCHAEFFER, 2003, p. 56).

Desse modo, as relações de forças, geradas nos conflitos e nas resistências, criam um campo de poder. No contexto das mulheres da colônia, enxergamos esse discurso como o fio condutor para esmiuçar teoricamente o que habita rotineiramente esse universo consoante, veremos no próximo tópico.

As Representações do Espaço e do Lugar para as Mulheres Colonheiras

Para compreendermos o contexto em que se encontram inseridas as mulheres da colônia, faz-se necessário entender que a relação com o espaço rural e com a terra ultrapassa qualquer lógica material, pois se encontra pautada na identidade, afetividade, pertença e apego ao lugar. Assim, é importante considerar que a unidade de produção constitui seu espaço de vivência, ao representar o sossego, a tranquilidade, a estabilidade e a segurança. De tal modo, essas mulheres enxergam as colônias como espaço ideal para o seu existir. Nesse espaço, elas podem morar, plantar, colher, comercializar, criar e educar os/as filhos/as longe dos centros urbanos considerados mais perigosos, bem como se organizarem de acordo com interesses e necessidades próprios.

É nesse contexto que as mulheres colonheiras remodelam os espaços de vivência, através de uma rotina cotidiana pré-estabelecida. Cada integrante do núcleo familiar possui um tempo determinado para a realização das atividades disponíveis no lote. Com isso, “o espaço humanizado é organizado para permitir aos seres humanos viverem como lhes convém num contexto cultural dado” (CLAVAL, 2007, p. 291). Enquanto o lugar representa a tranquilidade e transmite segurança, o espaço é amplo e, muitas vezes, desconhecido, por sua amplitude. Para tanto, procuramos o conceito utilizado por Fremont (1980, p. 28) de espaço vivido que “parece assim constituído por uma compactação de estratos sucessivos que se acumulam, se apertam, se esquecem mais ou menos [...]. Esta estratificação comporta evidentemente componentes pessoais, próprios de cada indivíduo”.

Em face disso, pensar os elementos conceituais do espaço e lugar permite observar o processo de reflexão do gênero como um campo de diálogos onde espaço e lugar são categorias fundamentais para ressignificar o papel da mulher nos diferentes campos de ações e na constituição das identidades femininas no meio rural. Consideramos também os apontamentos de Tuan (1983), para quem espaço e lugar são termos conhecidos que indicam

experimentos comuns, onde o lugar é a segurança e o espaço é a liberdade. Assim, estamos ligados ao primeiro e desejamos o segundo. Não obstante, é importante lembrar que o ser humano refina a percepção de espaço e de lugar no decorrer do tempo. Esse refinamento das concepções serve de parâmetro para entender as diferentes cenas epistemológicas presentes no tempo e no espaço.

Nessa perspectiva, os estudos do gênero, na Geografia, passam pelo entendimento de que as mulheres da colônia traduzem o lugar de mãe, dona de casa, genitora, transitando para a esfera da compreensão de que precisam ter o espaço de sua liberdade de escolha, identificação e remodelação de seu perfil cultural. As mulheres percebem que residir somente no lugar da segurança do pensamento machista só as enclausura no discurso da subserviência e resignação, aprendendo a atuarem como protagonistas de sua história. Por isso, as mulheres conjugam o espaço da liberdade, de tal forma a se reconhecerem detentoras do poder de habitar várias geografias.

Noutras palavras, a espacialidade contempla também variantes como os aspectos simbólicos, culturais e políticos. Essas se encontram representadas em todas as relações sociais construídas na relação do espaço e do lugar. Por meio da ocupação, os espaços são criados e dotados de valor por diferentes agentes sociais ao longo do tempo, de acordo com uma lógica e um período específicos. Nesse caso, a lógica do trabalho é parte integrante dessa dinâmica.

Conhecendo o Locus

O acesso à terra é um sonho tanto das mulheres quanto dos homens. Na maioria das vezes, suas histórias de vidas estão vinculadas à criação que tiveram em áreas rurais, onde trabalhavam com os pais e mães no cultivo da terra dentro das colônias agrícolas ou relacionadas às atividades nos seringais. Assim, o “acesso à terra é uma condição básica para a reprodução do campesinato e sinaliza a possibilidade de camponesas e de camponeses viverem com dignidade no campo” (MESQUITA, 2016, p. 84).

A partir deste contexto, é possível as famílias melhorarem de vida, pois terão a oportunidade de se fixarem em uma localidade para produzir boa parte dos alimentos consumidos, terem autonomia, organização do tempo, reprodução social da classe e, acima de tudo, cultivar a identidade colonheira (camponesa) que lhes acompanha desde muito cedo.

Para esse estudo, selecionamos dois Projetos de Assentamento Rurais: PA Espinhara II e PA Antônio de Holanda, ambos são assentamentos localizados no município de Bujari, estado do Acre. Nesses espaços, visamos estudar a realidade das mulheres que vivem ali, desde o processo de ocupação desses assentamentos até os dias atuais.

O primeiro, conforme representado pela figura 01, encontra-se distante cerca de 26 km da zona urbana, com 132 famílias assentadas. Significativa parcela das famílias desse projeto de assentamento não é a mesma do processo de ocupação. Isso aconteceu devido às barreiras impostas pelo próprio Estado, que simplesmente assentou as famílias na localidade, porém não tem prestado assistência técnica e social adequada para os/as agricultores/as.

Figura 1 - Entrada do PA Espinhara



Fonte: NASCIMENTO SILVA e MESQUITA, 2017.

O segundo PA estudado, conforme a figura 2, fica distante cerca de 7 km da cidade e possui 106 famílias assentadas. Como o anterior, foi adquirido por intermédio de pressões dos movimentos sociais locais - como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bujari (STTR) - junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através da portaria número 40, de 23 de dezembro de 2009.

Figura 2 - Entrada do PA Antônio de Holanda



Fonte: NASCIMENTO SILVA e MESQUITA, 2017.

Com vistas a ir além dos registros disponibilizados pela história oficial, buscamos ouvir as mulheres que moram ali desde o processo de ocupação dessas terras.

O processo de ocupação do PA Espinhara II narrado pelas mulheres

Uma das entrevistadas de 62 anos, moradora do assentamento há vinte e dois anos, conta que, em meados do ano de 1996, moradores/as de diversos bairros de Rio Branco e zona urbana do município de Bujari, sem um pedaço

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Amilton José Freire de Queiroz



de chão para plantar e garantir a subsistência, resolveram tomar posse das terras que correspondem, atualmente, ao PA Espinhara II, terras estas até então consideradas improdutivas. Após a ocupação pelas famílias, muitas foram as tentativas do governo do estado, em parceria com o antigo proprietário, em retirá-las da ocupação.

No entanto, com muita luta e determinação, as famílias resistiram às ameaças. Não à toa, diversas mobilizações foram realizadas por parte dos/as sem terras em frente ao Palácio Rio Branco, sede do governo estadual, com movimentos organizados que pediam o direito de posse da Terra ao poder público. Entre esses movimentos de apoio estava a representação do movimento “Grito da Terra”, principal evento da agenda do movimento sindical do campo na época. Através de ações como essas, homens e mulheres conseguiram o direito a tais terras e receberam, em um primeiro momento, o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA.

Para manterem os lotes, os/as moradores/as realizavam longas caminhadas, pois as vias de acesso eram extensas trilhas no meio da densa floresta. Por isso, carregavam nas costas as crianças e os mantimentos necessários para o consumo na propriedade. Uma das entrevistadas relembra que, no final de cada mês, tinha que caminhar 37km, juntamente aos dois filhos pequenos e duas netas, para chegar até a zona urbana de Bujari, para fazer as compras do mês:

Eu, meus dois filhos pequenos e minhas duas netas, andamos muito por dentro dessa mata, tendo que sair de casa de madrugada, quando era o dia de ir pra cidade, porque era o período em que o sol ainda não estava de fora e era melhor pra andar com as crianças. Quando era o dia de voltar pra colônia era a mesma coisa, só que com mais peso, eu carregava era de cinquenta quilos de mercadoria na estopa para comer com meus filhos, as vezes o rio estava alagado e eu tinha que atravessar a nado, correndo o risco de ser carregada pela água ou ser comida por um bicho. (Depoimento coletado de uma das moradoras do PA Espinhara II, novembro de 2017).

Nessa entrevista, nota-se o distanciamento da noção do sexo frágil, historicamente construída pelos alfas, durões e fortes. O deslocamento do corpo feminino preenche os espaços até então cedidos ao discurso da hierarquia masculina sustentado por muito tempo. Mais ainda, esboça-se uma geografia da visibilidade feminina cuja experiência cotidiana extrapola o silêncio na densa floresta.

Ao prosseguir em seu relato, a moradora diz que, no período inicial da oficialização do PA, foram ofertados mantimentos e condições para a construção de casas de madeira, e, posteriormente, a construção de uma estrada. Isso, naquele período, facilitou a vida dos/as agricultores/as, que passaram a plantar, colher e criar, não mais somente para a sua subsistência, mas também para vender o excedente e garantir uma renda no final do mês. Ressalta, ainda, que tal assistência só foi dada até os/as trabalhadores/as rurais possuírem um plantio que desse de se alimentar, ou até o primeiro ano. A partir de então, estes/as já passaram a colher a alimentação do que já havia sido

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Amilton José Freire de Queiroz

plantado. Nessa mesma proporção, por intermédio de articulações políticas da época, foram construídos tanques para que os/as moradores/as pudessem usar a água e criar peixes.

Nesse cenário, os moradores e as moradoras observam que, com o passar dos anos, mediante a formação de algumas associações, entre estas a associação de moradores/as “Unidos Para Vencer”, algumas mudanças aconteceram no PA. Por exemplo, a construção das primeiras escolas, como a Escola Santa Luzia, Escola Bandeirantes, Escola Nova Vida e Escola Hermínio de Melo. Conseqüentemente, as crianças passaram a ter acesso ao ensino fundamental I.

Até esse período, os agricultores e as agricultoras estavam contentes com o que produziam para a subsistência e com a assistência ofertada. Somente não estavam satisfeitos/as com as condições de acesso às colônias, cujos ramais ofereciam trafegabilidade apenas em períodos de estiagem. Infelizmente, essa realidade ainda perdura até os dias atuais, tornando mais crítica a acessibilidade dos/as moradores/as do PA.

Problemas estruturais no assentamento Espinhara e a resistência feminina

Não é difícil lembrar que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2010), o segmento da agricultura familiar detinha 20% das terras e respondia por aproximadamente 38% da produção nacional, ao fornecer alguns produtos básicos da dieta do/a brasileiro/a, tais como feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais.

Para alguns destes produtos, o setor chega a ser responsável por 60% da produção. Na contramão das estatísticas, encontra-se o PA Espinhara II, pois raros são os/as colonos/as que ainda se sentem estimulados/as a produzir com o propósito de vender o excedente. A tecnologia, a qualificação e o conhecimento, divulgados em projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), são ainda desconhecidos para essas produtoras. A figura 03 abaixo mostra um pouco dessa rotina de produção dedicada, em sua grande parte, apenas ao autoconsumo.

Figura 3 – Confeção de farinha de mandioca no PA Espinhara II



Fonte: MESQUITA, 2017.

**Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva,
Amilton José Freire de Queiroz**



Uma segunda moradora, lembra que, com o passar do tempo, em virtude do desmatamento da floresta para o preparado e plantio de legumes, a terra foi ficando “cansada”, infértil e a produtividade diminuiu. A partir de então, o feijão plantado passou a “dar o queima”, as bananeiras ficaram “brocadas” e o milho e arroz atrofiados.

Mais ainda, a espiga de milho com poucos grãos e o arroz com cachos pequenos, além das fruteiras que passam a morrer antes mesmo de produzir frutos. Juntos, todos esses fatores trazem grandes prejuízos para para as/colonheiras/as do PA. A moradora, ao ser indagada sobre o que falta para que a sua propriedade se torne produtiva, responde:

Falta maquinário para aração, destoca, técnico para ver o que tá matando as fruteiras e dando o mela no feijão. Ninguém próspera mais uma fruteira aqui, que o mal tá matando tudo. Bananeira, graviola, laranjeira, tangerina, tudo, o mal mata tudo, só dá a primeira carga, quando dá. Também falta estrada para o povo tirar a produção, no verão nós ainda tem um acesso, no inverno nós não tem um acesso de nada, mesmo que produza quem come é os bichos, os macacos, as pacas de rabo. (Moradora do PA Espinhara II, novembro de 2017).

Neste relato, o termo verão representa o período de estiagem, na Região Amazônica, já o inverno o período chuvoso. Notamos ainda um discurso de tristeza e indignação frente ao descaso do poder público com as/os trabalhadoras/es rurais que ficam a mercê da própria sorte nos assentamentos.

Tais questões consolidam fatores decisivos para que essas/es trabalhadoras/es rurais deixem o campo e se dirijam às cidades, contribuindo com um “inchaço” urbano. No quadro a seguir, temos a descrição e o volume médio do que é produzido no assentamento.

Quadro 01 - Principais produtos/animais cultivados/criados no PA Espinhara II

Produto	Média de produção ao ano
Arroz	02 hectares uma vez ao ano
Feijão	01 hectare uma vez ao ano
Milho	01 Alqueire duas vezes ao ano
Macaxeira	04 hectares no decorrer do ano
Peixe	Entre 2.500 a 3.000 kg por ano
Galinha	Entre 40 e 60 animais
Pato	Entre 20 a 25 animais
Porco	Entre 05 a 10 animais
Gado	Entre 15 a 20 animais

Fonte: Trabalho de campo, MESQUITA, 2017.

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Amilton José Freire de Queiroz



Uma Resistência que Brota do Chão: O Cotidiano de Mulheres da Colônia em Bujari, Acre

Ao comparar o discurso da moradora do PA em questão, há uma confirmação do discurso da colonheira, uma vez que os/as moradores/as já não plantam e nem criam em grande quantidade. Isso acontece por já estarem cientes das dificuldades a enfrentar para poder escoar e vender o excedente da produção. Do mesmo modo, percebe-se a ausência de outros tipos de produtos na tabela, como, por exemplo, as frutas.

Tal situação ocorre porque a área apresenta um solo que precisa de correção, problema que as trabalhadoras/es rurais, sozinhas/os, não conseguem sanar, devido os custos serem muito elevados.

Figura 4 - Plantio de mandioca no PA Espinhara II



Fonte: MESQUITA, 2017.

Figura 5 - Plantio de feijão doente, PA Espinhara II



Fonte: MESQUITA, 2017.

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Amilton José Freire de Queiroz



Figura 6 – Plantio de banana



Fonte: MESQUITA, 2017.

Figura 7 – Açude no PA Espinhara



Fonte: MESQUITA, 2017.

As figuras 04, 05, 06 e 07 são elementos complementares à fala da moradora. Elas expressam parte da realidade vivida e confirmam o descaso do poder público com as/os trabalhadoras/es rurais. Desse modo, podemos visualizar, na figura 04, um plantio de mandioca maduro, ou seja, pronto para ser convertido em farinha a ser comercializada.

No entanto, muitas vezes, essa matéria prima apodrece no roçado, ou é consumida pelos animais selvagens do entorno, principalmente em virtude das/os produtoras/es não terem como escoar a produção por falta de trafegabilidade nas estradas em períodos chuvosos.

Nas figuras 05 e 06, temos plantios diferentes, mas que sofrem do mesmo problema: a falta de assistência técnica para que sejam identificadas as doenças responsáveis pela destruição da plantação e apontadas as possíveis soluções. Por último, na figura 07, identificamos um tanque de criação de peixes (açude) sem qualquer manutenção e, atualmente, apresenta vazamento. Assim, no período de estiagem, não se mantém a criação de peixes em razão do baixo

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Amilton José Freire de Queiroz

volume de água acumulado, tampouco há acesso à água potável de qualidade. No decorrer da visita, percebemos que toda a água consumida pela família advém desse tanque insalubre.

Dessa forma, percebe-se que as mulheres carregam a responsabilidade de sustentar a si e a família com o que produzem na propriedade. Assim, à medida que é negada a assistência mínima necessária a essas famílias, grandes prejuízos são gerados, tais como o adoecimento das famílias, a precarização da renda e de alimentos para a dieta cotidiana.

Fragmentos sobre o PA Antônio de Holanda

O PA Antônio de Holanda leva o nome de uma figura masculina. Segundo grande parcela da comunidade, representou um símbolo de resistência e pioneirismo em Bujari. No entanto, sabemos que existiram algumas mulheres que se destacaram na luta e resistência tanto no urbano, quanto no rural. Mesmo assim, nenhum assentamento leva o nome delas.

Partindo desse ponto de vista, visualizamos uma intensa relação de poder construída e imposta no meio rural, ao enfatizar que a rusticidade do espaço rural “exige” a força e garra de um homem. Zolin (2010, p. 84) explica que “as representações são variáveis e determinadas pelos grupos ou pelas classes que as edificam; sendo que o poder e a dominação estão sempre presentes.” Assim, precisamos compreender as representações das mulheres, com base em seu próprio discurso.

Na contramão de uma representatividade que dita o espaço rural como mais apropriado para habitação e emprego da mão de obra masculina, uma das primeiras moradoras do assentamento, compartilha momentos desse enfrentamento. O nome da localidade pode até ser masculina, mas grande parte da mão de obra empregada é feminina, o que desconstrói a lógica da mulher frágil.

Fui uma das primeiras a chegar, dormia embaixo de árvore, depois passei a dormir num barraquinho que só tinha três paredes, só eu e Deus, sem luz sem nada, nem vizinho quase não tinha, só um ali e outro acolá. Tinha gente que dizia: meu Deus, essa mulher é louca, mas com muita luta consegui o meu lugar (Entrevistada do PA Antônio de Holanda, Bujari – Acre, 2017).

A entrevistada acima, é apenas um exemplo da resistência feminina no assentamento. Seu relato mostra que a participação feminina se constituiu desde o seu processo de luta pela terra, trajetória, muitas vezes, invisibilizada. Sem dúvida, a mulher colonheira resistiu para que tivesse seu lugar no espaço rural. Tal resistência persiste até hoje para reescrever histórias de luta contra a dominação masculina, com vistas a reconhecer o protagonismo feminino no PA.

A construção do PA é resultado de cadastros realizados há muitos anos no INCRA. Para tanto, deveria seguir alguns critérios, tais como ser agricultor ou agricultora sem terra; trabalhador ou trabalhadora que estivesse na condição de posseiro/a, assalariado/a, parceiro/a, meeiro/a ou arrendatário/a no meio rural; e agricultor ou agricultura cuja propriedade não ultrapassasse a um módulo

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Amilton José Freire de Queiroz

rural do município. Entretanto, na prática, os/as beneficiários/as tiveram que realizar diferentes movimentos (manifestações, passeatas, acampamentos), buscando pressionar o poder público para que pudessem agilizar a oficialização do PA.

Nesse contexto, os/as sem terras, quando saíam para os manifestos, temiam a invasão dos lotes por outras pessoas que também queriam terra, mesmo sem o cadastro prévio no órgão responsável pela reforma agrária. Por isso, a entrevistada relata ter dormido embaixo de árvores, porque era uma forma de demarcação territorial, para impedir invasões no futuro lote.

Na luta pela terra, composta tanto por aqueles/as que estavam no cadastro quanto pelos/as que não foram contemplados/as, podemos visualizar uma teia onde os/as sujeitos/as envolvidos/as não possuem a terra. Todavia, são jogados/as nas tramas do poder de defesa do que ainda não lhes pertencia de fato, constituindo grupos de resistência.

A trajetória de uma das entrevistadas reafirma o que escreveu Valenciano (2006), ao estudar as estratégias de mobilização de mulheres trabalhadoras sem-terra no Pontal de Paranapanema:

Desde o primeiro passo da luta, que é a ocupação, a mulher está presente. Ela qual se destaca ao lado dos homens, muito embora a cultura e os preceitos que referenciam a organização patriarcal familiar tenham, na mulher, a dona de casa, a senhora do lar, a mãe, a esposa. Ou seja: todos os aspectos que caracterizam o espaço privado. (VALENCIANO, 2006, p. 33).

Nas entrevistas, foi possível confirmar o que escreveu Valenciano. Afinal, podemos visualizar que o papel das mulheres sempre foi plural, desde o início da criação do assentamento. Apesar da sobrecarga de trabalho dessas mulheres, relacionadas à rotina cotidiana, tendo que se dividir entre os afazeres domésticos, dos filhos, dos maridos e da agricultura, elas se apresentaram com maior poder de decisão referente à condução das atividades no lote e no uso do dinheiro arrecadado com as vendas da produção.

O PA é uma idealização do INCRA, mas os/as moradores/as relatam que, até o presente momento, não receberam nenhuma ajuda das instituições que estabelecessem as condições mínimas de permanência nos lotes. Em outros PAs mais antigos, é bastante comum a implementação de políticas públicas, como a construção de casas e manutenção dos assentados/as no primeiro ano de residência, pois se trata de um momento de grandes dificuldades para quem está iniciando. É um período onde as/os colonheiros/as não possuem nenhum produto como: legumes, hortaliças, pomares e a roça de macaxeira, milho e outros produtos plantados e que precisam iniciar do zero todos os cultivos.

No que se refere aos tipos de moradias, conforme podemos observar nas figuras 08 e 09, elas são distintas umas das outras. São construídas de acordo com as posses dos/as moradores/as; ou seja, muito simples, sendo algumas mistas, outras de madeira e outras em alvenaria.

Figura 8 – Casa em madeira



Figura 9 – Casa em alvenaria



Fonte: MESQUITA e NASCIMENTO SILVA, 2017.

No decorrer das entrevistas, os/as moradores/as relataram que as maiores dificuldades encontradas para se estabelecer na localidade ocorreram no primeiro ano. Nos anos seguintes, uma parceria da prefeitura do município, com o governo do estado, permitiu a construção do ramal no assentamento. A partir de então, a SEAPROF³ passou a se tornar presente, realizando os devidos esclarecimentos necessários sobre a oferta de créditos rurais e acompanhamento na produção, com auxílio de técnicos agrícolas e médico veterinário.

Nos dias atuais, o assentamento é um dos principais produtores de hortaliças do município. Nesse contexto, as mulheres passam a comercializar a sua produção em uma feira livre, que foi criada e implementada pelo Movimento de Mulheres Camponesas, na zona urbana do município de Bujari. Ou então, quando se trata de maiores produções, estas, por intermédio da prefeitura ou SEAPROF, auxiliando no transporte, são levadas para o mercado dos colonos no município de Rio Branco, em períodos de estiagem que compreende os meses de maio a outubro. Já na estação chuvosa, entre os meses de novembro a abril, as/os moradores/as relatam grandes dificuldades em escoar a produção, em virtude das péssimas condições de trafegabilidade da estrada de terra (ramal).

Apesar deste assentamento ser relativamente mais próximo da cidade, em comparação ao assentamento Espinhara II, ainda assim, há relatos de moradores/as que pretendem vender os seus lotes, devido às péssimas condições da estrada em períodos chuvosos, e por essa questão acentuam-se os prejuízos. Quando conseguem escoar a produção nesse período para comercializar, no retorno para casa, os mantimentos precisam ser levados em carroças de boi ou no lombo de cavalos. Outra grande preocupação dessas pessoas é o cuidado com a saúde, pois, neste período, acentua-se a vulnerabilidade dos/as moradores/as.

No espaço rural, o número de acidentes de trabalho com ferramentas usadas na lavoura é bastante comum, assim como as/os moradores/as serem picados por animais peçonhentos. Nesses casos, precisa-se de grande agilidade para transportar os/as pacientes até as unidades de saúde. No entanto, esses/as moradores/as passam a contar com a sorte ou com mecanismos próprios de

3 Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar.

sobrevivência, bem como a automedicação. Em casos mais graves, o transporte dos/as pacientes é feito em redes até onde seja possível a chegada da ambulância.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, preconiza que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (grifo nosso) (BRASIL, 1988). Diante do que garante a Constituição Federal, no decorrer de nossas atividades de campo, constatamos alguns aspectos que divergem de tais garantias estipuladas. O PA, apesar de jovem, apresenta tempo suficiente para a implantação de alguns serviços básicos de atendimento à comunidade, como, por exemplo, a instalação de um ponto de atendimento básico de saúde e o funcionamento das atividades escolares na comunidade.

No entanto, até a data de nossas visitas ao assentamento - a primeira, em novembro de 2017 e outra, em outubro de 2018, - tudo continuava igual. Ou seja, as famílias, para receberem atendimento médico do mais simples ao mais complexo, precisam se deslocar de madrugada em direção à parte urbana do município ou dormir na casa de parentes que moram na cidade. Esse deslocamento é para conseguir uma ficha no posto de saúde para atendimento no dia seguinte. Geralmente, quando o tipo de atendimento é um pouco mais complexo, os/as pacientes são encaminhados/as para as UPAS ou Pronto Socorro do município de Rio Branco.

Quando se trata de pedidos de exames, estes/as são encaminhados/as para a Fundação Hospitalar, também em Rio Branco, onde marcam o exame e passam meses aguardando o resultado. Nota-se uma crescente negligência com a saúde dessas mulheres e homens da colônia, que necessitam cuidar de si. Para as comunidades rurais terem um amplo acesso às atividades de saúde, é preciso que o município, em parceria com outras entidades superiores, trabalhe de modo articulado e planejado para que consiga atender a essas urgentes demandas.

Quanto aos aspectos educacionais, não podemos esquecer que:

o acesso à educação é um direito fundamental do ser humano, para que este possa desenvolver suas habilidades e capacidades no meio social em que vive, e assim, possa exercer sua cidadania de forma satisfatória (RODRIGUES e BONFIM, 2017, p. 5).

No entanto, temos que ressaltar que há grande distância daquilo que encontra-se escrito no papel com o que, de fato, é efetivado na prática. Referente à educação rural, as distâncias em tal efetivação são acentuadas. Não é difícil lembrar que as escolas rurais brasileiras, historicamente, têm sido colocadas em desvantagem, apresentando menores níveis de escolarização e maiores índices de reprovação, abandono e defasagem idade-série.

Conforme os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011, s/p):

o analfabetismo rural é três vezes maior que o urbano, 9,5% das escolas do campo não têm luz elétrica, as bibliotecas são reduzidas –

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Amilton José Freire de Queiroz

presentes em apenas 25% das escolas –, além da desigual formação profissional entre os educadores do meio rural e do urbano. A média dos anos de escolaridade no campo em 2009 ficou em 4 anos para os homens e em 3,9 para as mulheres.

Vários fatores explicam essa realidade. Entre estes, encontra-se o fato de os programas governamentais seguirem uma lógica economicista cuja prática é destinar poucos recursos para as escolas rurais que, geralmente, têm uma quantidade menor de aluno em relação às escolas urbanas, mas que não se configuram menos importante. Assim, a precariedade em materiais pedagógicos, merenda escolar e transportes é uma realidade muito presente. Para acentuar o caos, as turmas costumam ser multisseriadas, de forma que não há a possibilidade de o/a docente atender o/a aluno/a de modo individual, destinando atenção e orientação necessária para a efetivação de sua aprendizagem.

Desse modo, foi possível constatar parte das dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais com a realização de atividades de campo para esta pesquisa. Nos intervalos entre um e outro relato, no PA Antônio de Holanda, uma das mulheres entrevistadas contou que havia uma escola em construção, mas a obra estava parada devido a desvios de recursos.

Aquela escola ali é uma história que começou e não foi concluída. É muito bonita a escola, só que aí levantaram até aquele ponto lá e não acabaram. O dinheiro da escola sumiu, aí ficou assim. Aí o atual prefeito prometeu que ia terminar ela mais até agora nada e o prejudicado somos nós, os nossos filhos (Moradora do PA Antônio de Holanda).

A preocupação da moradora reside no fato de seus filhos terem que percorrer grandes distâncias a pé no período chuvoso, pois a trafegabilidade do transporte escolar que leva os/as alunos/as para estudarem na área urbana do município é praticamente impossível. A questão de os/as estudantes da área rural serem levados para estudar na cidade tem produzido grandes discussões, uma vez que “isso também leva a um distanciamento das questões relativas ao campo, pois na área urbana, entre outros preconceitos, aprendem que o campo é ruim porque é atrasado” (SANPAIO *et al*, 2017, p. 259). Assim, no decorrer da trajetória desses/as estudantes, é bastante comum migrarem para a cidade de modo definitivo, contribuindo com a intensificação das migrações rural-urbano.

Esse aspecto também encontra-se atrelado à situação de que quando há a existência de escolas nas comunidades rurais para atendê-los/as, geralmente, é até o segundo segmento do ensino fundamental. Desse modo, quando concluem essa etapa, os/as estudantes tendem a ir para a cidade dar prosseguimento aos estudos. Destes/as estudantes que migram, são poucos os/as que retornam para o campo, pois não encontram sentido em fazer a migração de retorno para ficarem desempregados/as, uma vez que em suas comunidades são poucas as oportunidades de empregos.

No processo de tabulação das informações para o fechamento desse estudo, ao realizarmos uma nova visita ao assentamento, a obra da unidade escolar

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Amilton José Freire de Queiroz



Uma Resistência que Brota do Chão: O Cotidiano de Mulheres da Colônia em Bujari, Acre

havia sido concluída. Segundo informações da prefeitura, passaria a funcionar a partir do início do ano letivo de 2019. No entanto, sabe-se que a educação do/no campo vai além da construção de uma estrutura física denominada escola, também é necessária a composição de um corpo docente qualificado, recursos didáticos, transporte escolar, acompanhamento pedagógico e muitos outros suportes que ainda não se encontravam disponíveis na unidade.

Figura 10 - Escola P.A Antônio de Holanda



Figura 11 – Vista da Escola P.A Antônio de Holanda



Fonte: Prefeitura Municipal de Bujari, 2019.

As figuras 10 e 11 mostram a inauguração da unidade escolar P.A Antônio de Holanda, que atenderá cerca de trezentos alunos. Essa unidade sempre foi um sonho da comunidade do assentamento. O funcionamento com a estrutura necessária representará oportunidade e alegria para as mulheres, homens, jovens, crianças e idosos, que poderão receber atendimento escolar na própria localidade, o que facilitará a rotina cotidiana desses/as estudantes.

Para as mulheres, isso significa continuar os estudos, pois a grande maioria se encontra com os estudos estagnados por falta de atendimento escolar. Como passam o dia desempenhando diferentes atividades em seus lotes, o único tempo que lhes resta para dedicar aos estudos é no período noturno. No entanto, não havia como se deslocar até a cidade e depois retornar altas horas da noite para o assentamento. Por isso, as mulheres eram privadas do acesso ao ensino, cenário este a ser revertido com a inauguração da nova unidade escolar na comunidade.

Assim, não podemos esquecer que a luta por uma educação emancipatória e de qualidade no campo é antiga e constitui uma das pautas ainda presentes na agenda dos Movimentos Sociais que exigem uma educação “do Campo”. A partir deste princípio, reivindica-se uma escola que trabalha e valoriza a terra para sua própria sustentação.

a educação do campo em assentamentos de reforma agrária precisa ser também baseada nos princípios da organização coletiva das/os trabalhadoras/es rurais . Em especial a escolarização das mulheres, que sempre é esquecida (SANPAIO *et al*, 2017, p. 159).

Sem dúvidas, a história da educação no Brasil está ligada a modelos econômicos e políticos, bem como relacionada às relações de poder dos grupos que exerceram e ainda exercem o poder político e econômico neste país. Nesse contexto, é preciso lembrar que a educação do/no campo surge com o intuito de interrogar os condicionantes históricos da sociedade brasileira, entre eles, a desigualdade educacional que se propaga no tempo e no espaço dessas

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Amilton José Freire de Queiroz

comunidades.

Desse ponto de vista, é importante evidenciar que a educação dessas comunidades não se resume apenas ao acesso mínimo de jovens e crianças à escola. Não deve se resumir a estruturas físicas escolares, é necessário ter todas as condições necessárias (transporte escolar, merenda, professores qualificados, acompanhamento pedagógico) para uma aprendizagem significativa, libertadora e que respeite os saberes locais. Além disso, é preciso entender que as mulheres que ali residem também precisam ter acesso ao ensino, já que não tiveram acesso a este na idade certa.

As mulheres que buscam uma oportunidade de estudo encontram-se atreladas a histórias de luta e superação, força, esforço e vigor. São mulheres que vivenciam situações de diversas ordens. São essas mulheres que constroem estratégias de sobrevivência, lazer e trabalho, são elas que buscam no processo de formação escolar ganhar confiança para falar, ouvir, se apresentar e participar da vida social, seja na própria família, na escola, na comunidade ou em outros espaços de socialização.

Assim, é necessário reconhecer e considerar as realidades e identidades presentes no campo brasileiro no momento de elaborar políticas públicas educacionais, de modo a não excluir os diferentes agentes sociais. Ao agir assim, será possível ter uma visão mais crítica e comprometida com as transformações sociais na vida das mulheres colonheiras do Bujari.

Considerações Finais

Para finalizar, o argumento central deste artigo é que a resistência das mulheres dos dois assentamentos brota do chão. Noutras palavras, elas trabalham, transformam e vivenciam complexas redes de poder. Praticam, por conseguinte, formas de sobrevivência que expressam a permanência do campesinato, mas com outras estratégias de intervenção.

Tal contexto revela a singularidade do cotidiano dessas mulheres cujas práticas apontam resistências, lutas e tensões, de modo a instaurar outros mecanismos de leitura para ressignificar a história das mulheres da colônia.

Tendo chamado a atenção para o protagonismo delas nos assentamentos Espinhara II e Antonio Holanda, com o auxílio da Fenomenologia, História Oral e Geografia e Gênero, buscamos, em última instância, demonstrar que os dois PAs estudados são habitados por mulheres que questionam a escrita da história patriarcal, fissurando essa prática homogênea, de forma a alavancar os conhecimentos sobre as relações mulher, espaço, cultura e resistência na Amazônia acriana, em sua porção cotidiana de Bujari.

Assim, verificamos que o campesinato é também feminino. As mulheres são agentes culturais que atuam na linha de frente da estrutura rural, ao praticar uma autossustentação familiar que revela e reforça o protagonismo feminino. No caso das colonheiras do Bujari, compreendemos que:

1. O estudo do lugar da mulher na formação histórico-geográfica da Amazônia acriana é uma maneira de ampliar as redes de saberes sobre o espaço geográfico acriano;
2. As geografias feministas praticadas pelas mulheres são uma pauta a ser ampliada nas pesquisas sobre Gênero, Poder e Geografia na Amazônia acriana;

3. A pesquisa das vozes das trabalhadoras rurais pode contribuir para redesenhar outras cartografias sociais do protagonismo feminino;

4. A investigação do termo colonheira é dinâmica e necessita de novos olhares para continuar o processo de reconhecimento das identidades colonheiras, femininas e rurais na geografia acriana.

As entrevistas feitas com as mulheres apontam, de fato, a importância do cotidiano rural. Com suas percepções e visões de mundo, as mulheres colonheiras protagonizam histórias, inscrevendo-as em relatos marcados por lutas sociais. Eles vão desde aspectos relacionados tanto ao trabalho, cultura, política quanto às questões de território, lugar e educação. É com tais elementos do cotidiano que as mulheres dos assentamentos têm reescrito e projeta seus lugares de fala. Isto é, a prática da resistência mostrada no trabalho com terra, lutando por sobrevivência e liberdade de expressão.

Por tal viés, torna-se possível criar, enfim, laços positivos de integração social, justiça e compromisso com a emancipação e descolonização das mulheres colonheiras. A partir disso, poderemos potencializar a capacidade compreensiva que as Geografias feministas podem disponibilizar à sociedade brasileira.

Portanto, as argumentações feitas até aqui podem ser úteis para que geógrafos/as e cientistas sociais diversos estabeleçam outros diálogos, olhares críticos e reflexões a respeito dos problemas elencados, assim como reconheçamos que o campesinato persiste, resiste e ramifica-se. Finalmente, acreditamos que pensar sobre o cotidiano das mulheres colonheiras é um terreno fértil para novas compreensões sobre as formas pelas quais o protagonismo feminino se constitui um espaço promotor de solidariedades e contato de diferenças.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988.**

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia.** Florianópolis: UFSC, 2007.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011.** 4. ed. Brasília, MDA, 2011.

FERREIRINHA, Isabela Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Rev. Adm. Pública**, v. 44, n. 2, p. 367 – 383, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª edição. Editora LOYOLA. São Paulo, 1996.

FRÉMONT, Armand. **Região, espaço vivido.** Coimbra: Amediana, 1980.

IBGE. **Censo demográfico 2010.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Titulação.** Outubro de

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Amilton José Freire de Queiroz



2018. Disponível em:< <http://www.incra.gov.br/titulacao>>acesso: 31 de out. de 2018.

MESQUITA, Natália Lucas. **Geografia, gênero e contra-espaço: mulheres no assentamento Serra Dourada – Goiás/GO - Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Cartilha de Políticas Públicas Para Mulheres na reforma Agrária**. Brasília, 2010.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Geografia e gênero em assentamentos rurais: espaços de poder. In: SILVA, Jose Maria Silva; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011, p. 137 - 148.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz; BONFIM, Hanslilian Correia Cruz. A educação do campo e seus aspectos legais. In: XIII Congresso Nacional de Educação, 2017, Curitiba. **Anais de resumo**. 2017. p. 1373 – 1387.

SARTORI, Elisiane. Reflexões sobre relações de gênero, família e trabalho da mulher. **Cadernos CERU**, v. 15, n. 2, p. 171 – 184, 2004.

SCHAFFER, Burkhard. **Generationen – Medien – Bildung: Medienpraxiskulturen im Generationenvergleich**, Opladen: Leske & Budrich, 2003.

SANPAIO, A de. A. M; OLIVEIRA, T. T de; SAMPAIO, A. C. F. Primeiras considerações sobre a educação do campo e as mulheres do assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido, Minas Gerais. **Caderno Espaço Feminino**, v. 30, n. 2, p. 258 – 268, 2017.

TUAN, Yi-FU. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1983.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e Gênero**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

ZOLIN, Lúcia. Osana. Questões de gênero e de representação na contemporaneidade. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras - Letras**, v. 20, n. 41, p. 183 – 195, 2010.

Recebido em 30 de abril de 2020.

Aceito em 10 de outubro de 2020.

Rogério Nogueira de Mesquita, Maria das Graças Silva Nascimento Silva,
Amilton José Freire de Queiroz

